

## QUANDO AMÉRICO CONHECE AMÉRICA: AS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS DO NOVO MUNDO NAS CARTAS DE 1502 E 1503

### WHEN AMERIGO MEETS AMERICA: THE NEW WORLD'S PEOPLE REPRESENTATION IN THE 1502 AND 1503 LETTERS

Amanda Moury Fernandes Bioni<sup>24</sup>

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma breve análise das cartas de 1502 e de 1503 de Américo Vespúcio, com o propósito de refletir como a lógica da colonização (SUBIRATS, 1994) foi implantada no continente americano. Considerando o conceito da invenção de América (O'GORMAN, 1992), também se pretende revisitar e reavaliar momentos e documentos históricos à luz das perspectivas teóricas modernas, buscando compreender a construção da identidade dos nativos americanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade americana; Cartas de 1502 e de 1503; Américo Vespúcio.

**ABSTRACT:** This article purposes a brief analysis related to 1502 and 1503 Amerigo Vespucci's letters, intending to realize the manners of colonialism logic (SUBIRATS, 1994) has been implanted in the American continent. Considering the conception of America's invention (O'GORMAN, 1992), this research also aims to review historical moments and documents, taking into account the theoretical modern perspectives which are necessary to comprehend the native american identity's construction.

**KEYWORDS:** American Identity; 1502 and 1503 Letters; Amerigo Vespucci.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A concepção de que a América foi construída e inventada discursivamente, através de uma voz hegemônica europeia, estabelece outros meios de compreender os relatos históricos.<sup>25</sup> Ao conceber o continente americano como um *continente vazio* (SUBIRATS, 1994), isto é, como um espaço de lacunas, sem perspectivas de completar-se, segundo os moldes europeus, a empresa colonial propagou as carências espantosas do Novo Mundo, através dos escritos dos viajantes: uma terra sem lei, sem cristianismo, sem estruturas governamentais complexas, sem escrita, e conseqüentemente, conforme o olhar do conquistador culto e moderno, uma terra povoada de habitantes carentes de conhecimento e de civilidade.

---

<sup>24</sup> Doutoranda em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: manda.m.f.bioni@gmail.com.

<sup>25</sup> Para uma maior desconstrução do convencimento de que o continente americano foi descoberto, sugiro a leitura de Edmundo O'Gorman (2003).

Essa percepção do continente americano como um lugar da ausência justificou medidas de dominação, entre elas, as missões civilizatórias, pacificadoras e evangelizadoras dos intrépidos europeus no continente americano. Em paralelo à interpretação que conferia escassez cultural e política aos povos americanos, houve uma estratégica produção da América como o espaço ameaçador do pecado e da selvageria, o qual necessitava, urgentemente, de uma redenção religiosa e de uma implantação política e moral que considerassem os padrões europeus.

Os principais meios de divulgação daquelas terras e daqueles povos, nunca antes vistos, se estruturavam através das cartas e das ilustrações dos viajantes europeus, destinadas à Coroa. Os navegantes deveriam registrar suas impressões, minuciosamente, a partir de descrições, com o propósito de informar ao monarca sobre a existência de riquezas naturais, como ouro e prata, as características naturais, como o clima e a fertilidade do solo, além de também considerar o comportamento das gentes, se eram mansos ou bravos guerreiros.

As mulheres indígenas, os índios canibais e a exuberante natureza constituíram objetos de espanto e de atenção para o desbravador italiano, Américo Vespúcio, na sua carta de 1502, a qual inspirou a elaboração de *Novus Mundus* em 1503. Esses personagens, ao passar pelo tendencioso filtro do raciocínio europeu, tiveram uma identidade outorgada, a qual pode ser sintetizada no *outro* selvagem, bestial, lascivo, demoníaco e, conseqüentemente, responsável por todos os males que mantêm a ineficiência e a desordem na sociedade em que todos estavam inseridos. Logo, não é paranoia supor que as práticas indígenas foram intensamente reprimidas, perseguidas e desrespeitadas tanto pela iniciativa militar, quanto pelas iniciativas moral e religiosa.

Dessa forma, o presente artigo pretende realizar uma breve discussão sobre a invenção do continente americano (O'GORMAN, 2003) como o paraíso terrenal, habitado, contraditoriamente, por seres pecadores e bestiais, buscando identificar a eficiência do relato europeu, situado no século XVI, em empreender a *lógica da colonização*, conforme Subirats (1994) e, assim, atribuir uma imagem conveniente aos habitantes do Novo Mundo. Para tanto, alguns trechos pertencentes às cartas de 1502 e de 1503 de Américo Vespúcio foram analisados, considerando-os também em seu caráter de revisão do conhecimento europeu estabelecido, conforme Roa-de-la-Carrera (2002), o que aponta para a compreensão do continente americano como o lugar gerador de projeções e utopias, de acordo com Cordiviola (2001). Finalmente, se pensarmos *América* como o espaço gerador de ressignificações e de impasses, é oportuno questionar se as adaptações à episteme vigente apenas resultaram nas estratégias de colonização, ou na manutenção dessas.

## DISCURSO E PODER: A LÓGICA DA COLONIZAÇÃO E A ATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADES

Ao tentar compreender os caminhos de estabelecimento da lógica da colonização, Subirats (1994) realiza um percurso histórico, buscando perceber em documentos oficiais, as estratégias discursivas necessárias à manutenção do poder estabelecido. Com respeito à temática das *descobertas* oriundas das grandes navegações, um tratado figurou como um importante meio de repartir e determinar, segundo interesses, as novas terras; se tratava da bula *Inter Coetera*, expedida em 04 de maio de 1493, pelo Papa Alexandre VI. O documento estipulava a doação das terras descobertas e das que, no presente momento, ainda se mantinham desconhecidas, aos reis de Castela e Leão, a fim de que esses novos espaços fossem iluminados pela fé católica.

É importante perceber que, conforme o delimitado nesse tratado, expedido no ano seguinte à viagem de Cristóvão Colombo, já se pensava em um mundo maior, porém, já delimitado ao catolicismo e, assim, duplamente submetido aos reis e à Igreja, os quais atuariam como personagens principais frente à empresa colonial. Tratava-se, portanto, do registro e da formalidade de uma, entre tantas outras, maneiras de interpretar estrategicamente o restante do globo terrestre, e discursivamente, alimentar a complexa empresa que visou à exploração dos nativos e dos recursos naturais, enquanto propagava ideais de civilização e de evangelização.

Por volta de 1573, a influência discursiva, fundamental ao ajuste da empresa colonial é ilustrada na substituição dos termos: *conquista* se torna *pacificação*, pois como a subjetividade americana se encontrava no caos originário, era necessária a iniciativa europeia para ordená-la. Essas sutilezas de significado, indispensáveis às relações de poder, configuram unidades discursivas, que conforme as perspectivas de Subirats (1994, p.60), desencadeariam a lógica da colonização, a qual se caracterizou pela implementação de uma constelação discursiva atravessada de conflitos e de fracassos, a qual se estruturou a partir de um acúmulo de poder e de destruição.

É importante reconhecer que a lógica da colonização não se sustentaria sem uma interpretação prévia<sup>26</sup> das situações e dos indivíduos sociais, considerando os padrões sociais, e os consequentes valores, existentes na realidade daquele que vê e interpreta o novo. Vale dizer, que no contexto das

---

<sup>26</sup> A fim de fornecer um maior esclarecimento: “[...] O essencial a respeito consiste em reconhecer que qualquer ato, se for considerado em si mesmo, é um acontecimento que carece de sentido, um acontecimento do qual, portanto, não podemos afirmar o que seja, isto é, um acontecimento sem ser determinado. Para que o tenha, para que possamos afirmar o que seja, é necessário atribuir-lhe uma intenção ou um propósito. No momento que fazemos isso, com efeito, o ato ganha sentido e podemos dizer o que é; concedemos-lhe um ser entre outros possíveis. A isto se chama uma interpretação, assim, podemos concluir que interpretar um ato é dotá-lo de um ser ao atribuir-lhe uma intenção”. (O’GORMAN, 1992, p. 56).

eventuais descobertas, os pontos de vista eram marcados por alguns mitos<sup>27</sup>, como o mito da superioridade e da centralidade europeias e o do cristianismo como a única religião possível. Dessa forma, enquanto se aceitava a missão de civilizar o restante do mundo, à medida que a fé católica também era imposta, graças à indiscutível superioridade e progresso das nações europeias; atribuía-se, de forma contrária, uma identidade ao indígena, concebido como aquele *outro* selvagem, carente de civilização, organização política ou religião católica. Instauravam-se maneiras de interpretar os outros habitantes do paraíso, modos de ver articulados e estrategicamente pautados conforme a lógica da colonização:

Pois bem, a grande Revolução Científica e Filosófica dos nossos dias ensinou que essa antiga maneira substancialista de conceber a realidade é insustentável, porque se chegou a compreender que o ser -não a existência- das coisas é apenas o sentido ou a significação que se lhes atribui dentro amplo marco da imagem da realidade vigente, num determinado momento. Em outras palavras, que o ser das coisas não é algo que elas tenham por si, mas algo que se lhes concede ou outorga. (O'GORMAN, 1992, p.62)

Esse aspecto de atribuição de significados de modo articulado não se limitou à construção de identidades inferiores apenas: antes de encontrar os nativos, devido à exuberância natural e à boa disposição climática, os europeus investiram a quarta parte do mundo de um caráter paradisíaco, o que nas palavras de Gambini (2000) já reveste o momento histórico, algumas vezes, reconhecido como a *descoberta* do Novo Mundo, de um caráter fantástico, o que precisa ser revisto:

A primeira ideia a ser revista seria naturalmente a de descobrimento. Todos nós sabemos – e já sabíamos – que essa ideia é falsa e que o termo correto seria *invasão* e não *descobrimento* do Brasil [...] A palavra *descobrimento* reveste-se de certa aura mágica e poética. Quando estudamos a formação de nossa identidade, já começamos, portanto, com uma história fantástica, a de que à diferença de outros povos, o nosso surgiu como consequência de um feito extraordinário, qual seja: na fuga de calmarias letais, navegadores heroicos acabaram chegando a terras nunca antes visitadas. (GAMBINI, 2000, p.21 grifos do autor).

Essa aura mágica e poética associada ao achado do *Paraíso terrestre*<sup>28</sup> é decisiva à manutenção de uma perspectiva historiográfica acomodada a

---

<sup>27</sup> É interessante perceber que para aquelas nações que assumem grandes poderes ao redor do Globo, essas perspectivas mitológicas costumam se preservar ou ressurgir, como no caso dos Estados Unidos da América, conforme as afirmações de Hughes (2003).

<sup>28</sup> “[...] uma projeção-mor: a ideia de *paraíso*, que habitava a mente do europeu, exterioriza-se na descrição das praias brasileiras, que, em decorrência de um fenômeno

ilusões. É válido dizer que essas ilusões possuem raízes no passado, em que se preferiu propagar os feitos dos grandes navegadores, dos jesuítas e dos administradores europeus na América como atitudes heroicas, como um favor necessário àqueles povos que se encontravam em situação rudimentar de *desenvolvimento*. Contudo, a própria ideia de desenvolvimento provém daqueles que se determinam como os “portadores da modernidade”, assim como a conseqüente e contrária versão dessa ideia: a de barbárie ou subdesenvolvimento. São ações que geram reações, ou melhor dito, são conceitos que estabelecem novos conceitos associados, necessários à implementação lógica do domínio. Entretanto, uma das conseqüências da modernidade foi a revisão dos conceitos, porque estudiosos como O’Gorman (1992), Subirats (1994), Gambini (2000), Quijano (2005), entre outros, decidiram olhar novamente o momento histórico, em especial, para o lado não beneficiado da situação; de maneira que, além de pensar em *invasão da América*, também se reflete sobre a *invenção da América*.

Ao buscar reinterpretar os relatos históricos do descobrimento, Edmundo O’Gorman (1992) identifica contradições relativas à ideia de que o Novo Mundo estava à espera de que Cristovão Colombo o encontrasse e o submetesse aos desígnios europeus<sup>29</sup>. Conforme o autor, é necessário pensar a situação de outras maneiras, de modo a desvendar a lógica por trás dos discursos, obtendo assim, uma resposta satisfatória aos questionamentos sobre o ser de América:

A resposta ao problema que colocamos já é transparente: o mal que está na raiz de todo o processo histórico da ideia do descobrimento da América consiste no fato de se ter suposto que esse pedaço de matéria cósmica, que agora conhecemos como continente americano, terá sido isso sempre, quando em realidade só o foi a partir do momento em que se lhe atribuiu essa significação e deixará de o ser no dia em que, por alguma mudança na atual concepção do mundo, já não se lhe atribua. (O’GORMAN, 1992, p.63)

Sobre essa característica, que parece ser inerente ao continente americano, de mover as correntes epistemológicas estabelecidas, as cartas de Américo Vespúcio já propunham a revisão dos conhecimentos geográficos, a partir do contato com esse novo mundo, com esse indecifrável ser de América:

O conceito vespuciano do *Novo Mundo* permite estabelecer uma prática discursiva que consiste em *corrigir e ampliar* o conhecimento prévio

---

psicológico tão antigo quanto o próprio homem, passam a revestir-se das qualidades daquele ambiente sonhado e irreal descrito no Gênesis, como parte da mentalidade católica e do imaginário fantasioso da época”. (GAMBINI, 2000, p.21 grifos do autor)

<sup>29</sup> “[...] Colombo teria revelado, sem a intenção de o fazer, a existência das terras que encontrou, cumprindo um propósito alheio, de maneira que, do ponto de vista de Colombo, seria lícito afirmar, como faz a tese, que o ato não foi intencional, embora, em realidade tenha que o ser”. (O’GORMAN, 1992, p.59)

sobre o mundo, se apoiando no saber prático da navegação. Neste sentido, falar de *Novo Mundo* não envolvia uma estratégia para manipular ao gosto o referente, mas um processo de revisão e questionamento de enunciados anteriores. Este conceito fomentava uma atitude reflexiva relacionada ao processo colonizador porque propunha um desafio intelectual tanto para o escritor quanto para o leitor. (ROA DE LA CARRERA, p.558 grifos do autor)<sup>30</sup>

O navegador florentino, como um autêntico homem de ciência, se utilizou das experiências obtidas além do horizonte para ampliar ou corrigir as teorias científicas estabelecidas no século XVI. Contudo, se os conhecimentos cartográficos foram postos em revisão ou em readaptação, através do reconhecimento prático de Vespúcio, referente à quarta parte do mundo, algo semelhante, infelizmente não aconteceu com a interpretação dos povos que habitavam o Novo Mundo. Tendo em vista que a subjetividade indígena foi compreendida sob a perspectiva de carência e de fragilidade, dado que viviam em estado de “caos natural” e, assim, necessitavam da iniciativa ordenadora da empresa colonial europeia. Logo, os habitantes nativos da América foram associados ao protótipo de homem selvagem europeu, ou seja, representando o que o europeu jamais poderia ser<sup>31</sup>: canibal, libidinoso, selvagem e inferior. Provavelmente, porque esse era o modo mais conveniente de mostrar esses povos, e por via dupla, de também ocultá-los. E, dessa maneira, se por um lado, as cartas vespucianas são propositivas à cartografia vigente, por outro lado, corroboram as estratégias de colonização:

Esta tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que aqui denominamos *a invenção do outro*. Ao falar de *invenção* não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações. Mais que como o ocultamento de uma identidade cultural preexistente, o problema do outro deve ser teoricamente abordado da perspectiva do processo de produção material e simbólica no qual se viram envolvidas as sociedades ocidentais a partir do século XVI. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.81 grifos do autor).

Então, podemos chegar à conclusão de que o aceitar-se como naturalmente superior por parte do desbravador europeu não foi um paradigma posto em crise, antes foi incentivado pelos interesses da empresa colonial e pelos ideais de propagação da fé católica, constituindo assim, um

<sup>30</sup> Todas as traduções, quando não informado nas Referências, são da autora.

<sup>31</sup> “Os fatos que analisamos aqui, no século XVI, seriam assim mais um episódio do longo processo de afirmação da chamada *consciência ocidental*, a qual, para manter-se, derruba tudo o que lhe é diverso. O indígena, dessa forma passa a encarar *aquilo que não pode ser*”. (GAMBINI, 2000, p.140 grifos do autor)

dos principais pilares da lógica da colonização: a invenção do outro e o seu consequente silenciamento. E, como efeitos principais:

O desfalque e o ataque à natureza são nossos sinais de batismo, como é também a posse da mulher índia pelo branco, de cujo acasalamento resulta, nas reveladoras palavras de Darcy Ribeiro, a protocélula do povo brasileiro: a criação de um híbrido que nunca saberá quem é, porque nem pai nem mãe lhe servirão de espelhos ou modelos de identidade (GAMBINI, 2000, p.22).

É válido pontuar que essa lacuna identitária do povo americano se reflete nos problemas atuais, de cunho social e econômico, enfrentados, especialmente, na parte sul do continente, pois essas nações de subjetividades outorgadas ainda enfrentam um longo caminho de autoconhecimento, de autovalorização e de superação própria. Nas cartas de Américo Vespúcio, que são analisadas, temos o início desse processo catastrófico que irá atingir, especialmente, aos índios canibais e às mulheres indígenas, reduzidos a categorias sociais interpretadas sob uma ótica ocidental, mas não vistos de frente, não vistos em essência; procedimento análogo ao modo de “descobrir” o continente, de maneira que para concluir esse tópico nenhuma frase seria mais enfática que esta: “esse conceito, podemos antecipar, é o de uma América inventada que não é o da velha noção de uma América descoberta” (O’GORMAN, 1992, p.68).

## O OUTRO PELA ÓTICA PRÓPRIA: A PROJEÇÃO DO SELVAGEM AMERICANO

Neste tópico, se analisa brevemente os trechos pertencentes às cartas de 1502 e de 1503<sup>32</sup> elaboradas pelo navegador italiano, Américo Vespúcio, a Lorenzo de Pietro Medici. Além de navegador, Américo Vespúcio também foi um estudioso florentino, nascido em 1454. Foi à Paris em 1478, acompanhando o seu tio, Guido Antonio, embaixador da república florentina junto ao rei da França. Em 1491 se instala em Sevilha como representante da Casa dos Medici. E, a partir desse momento, participa em uma série de negociações, o que possibilitará suas viagens, a primeira em 1501, pela Coroa de Castela, a segunda, de 1501 a 1503 pela Coroa de Lisboa<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Essa carta também é conhecida por *O Novo Mundo*, pois é justamente nela que Américo Vespúcio aponta a existência da quarta parte do mundo. Além disso, é válido dizer que a autora se baseou na versão espanhola de 1951 para elaborar as análises. Os trechos, em idioma original, seguem em notas de rodapé.

<sup>33</sup> Para um maior esclarecimento sobre a trajetória de vida de Américo Vespúcio, indico a leitura dos estudos de Mahn-Lot (1984), nos quais a autora do artigo se baseou.

À diferença das cartas de Colombo, a composição vespuciana esteve muito mais atenta à verificação das teorias vigentes, pois desejava obter alguma fama, através de seus escritos, dotados de questionamentos. Embora, de acordo com os estudos de Mahn- Lot (1984), tanto Américo Vespúcio quanto Cristovão Colombo figuraram como “descobridores” do Novo Mundo:

Colombo e Vespúcio são, ambos *descobridores*, tendo Colombo, evidentemente, a honra da prioridade<sup>34</sup>. Todos os dois raciocinaram sobre aquilo que observavam de insólito; por exemplo, sobre essas massas humanas que desorientavam todas as previsões dos *cosmógrafos*, já que apesar de uma latitude comum, os índios não se pareciam com os africanos, nem com os asiáticos. Américo, mais que Cristóvão, se mostrou sensível ao aparecimento de *novas estrelas* (cujo desenho veio ornamentar seus diários) – o que se explica pela amplitude de suas navegações no sentido da latitude. (MAHN-LOT, 1984, p.116 grifos da autora).

Controvérsias e disputas à parte, o que nos interessa nesse artigo, é observar nas cartas de Américo Vespúcio, o modo de ver os habitantes do novo mundo, suas formas e suas culturas, o que promoveu definições revestidas de valores exclusivamente europeus, os quais não correspondiam à realidade indígena; ou seja, o índio que nos é apresentado nas cartas vespucianas, é um personagem de identidade atribuída, construído para justificar a invasão, a intervenção religiosa e a consequente violência:

*Não têm nem lei, nem fé nenhuma e vivem de acordo à natureza. Não conhecem a imortalidade da alma, não têm entre eles bens próprios, porque tudo é comum: não têm limites de reinos, e de províncias: não têm rei: não obedecem a ninguém, cada um é senhor de si mesmo, nem amizade, nem agradecimento, o que não lhes são necessários, porque não reina neles cobiça: habitam em comum, em casas feitas à maneira de cabanas muito grandes e comuns, e para gentes que não têm ferro, nem outro metal nenhum, se pode considerar suas cabanas, ou suas casas, maravilhosas [...] e não sabem contar os dias, nem os meses, nem os anos.[...] seus habitantes não estimam coisa alguma, nem ouro, nem prata, ou outras joias, salvo coisas de plumagens, ou de osso (VESPÚCIO, 1961, p.147-53 grifos meus).*<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Apesar dessa afirmação, a autora reconhece as intenções divergentes do navegador genovês: “[...] em todo caso, não se pode negar a *intencionalidade* do genovês: o que ele pensava *descobrir* eram *Antilia*, depois *Cipango* e seu rosário de ilhas, e enfim *Catai*. [MANH-LOT, 1984, p.115 grifos da autora]. É válido pontuar que para a autora tanto Colombo quanto Américo não tinham pretensões claras de encontrar a nova parte do mundo.

<sup>35</sup> No tienen ni ley, ni fe ninguna y viven de acuerdo a la naturaleza. No conocen la inmortalidad del alma, no tienen entre ellos bienes propios, porque todo es comun: no tienen limites de reinos, y de provincias: no tienen rey: no obedecen a nadie, cada uno es señor de si mismo, ni amistad, ni agradecimiento, la que no les es necesaria, porque no reina en ellos



Nesse trecho é recorrente a utilização do advérbio de negação *não*, o que insinua a interpretação dos habitantes do Novo Mundo, como os portadores da carência: eram indivíduos que pairavam no caos originário, como tábulas rasas, só à espera que alguma presença norteadora, especialmente, vinda da Europa, viesse a lhe dar sentidos de civilização, de bom governo e de iluminação científica e espiritual. Enfim, descritos desse modo, os índios pareciam ser aqueles que os europeus precisavam mudar e submeter, pois se não tinham bons valores, abundavam em características reprováveis aos olhos do europeu:

São gente belicosa. E entre eles muito *cruéis* [...] porque vão tão desnudos como nasceram, *nem têm ordem alguma em sua guerra*, salvo que fazem o que lhes aconselham seus anciãos, e quando combatem se matam muito cruelmente, e aquela parte que se torna dona do campo, enterra a todos os mortos do seu lado, e aos *inimigos os despedaçam e os comem*, e aos que prendem e os têm como escravos em suas casas, se é mulher dormem com ela, e se é varão, o casam com sua filha; e em certa época, *quando lhes dá uma fúria diabólica*, convidam aos parentes e ao povo, e os põem diante, isto é, a mãe com todos os filhinhos que dela foram paridos, e *com certas cerimônias*, os matam a flechadas *e os comem*; e isto mesmo fazem a ditos escravos, e aos filhos que deles nascem; e isto é certo, porque encontramos em suas casas a *carne humana*, posta ao fumo, e muita, e *lhes compramos 10 criaturas*, tanto varões como mulheres, que estavam destinados para o sacrifício, para dizê-lo melhor, para *o malefício*. Os repreendemos muito, não sei se se emendaram; [...] É coisa certamente *bestial*. (VESPÚCIO, 1951, p.151 grifos meus).<sup>36</sup>

---

codicia: habitan en comun en casas hechas a la manera de cabanas muy grandes y comunes, y para gentes que no tienen hierro, ni otro metal ninguno, se pueden considerar sus cabanas o bien sus casas, maravillosas [...] y no saben contar los días, ni los años, ni los meses, salvo que cuentan el tiempo por meses lunares [...] sus habitantes no estiman cosa alguna, ni oro, ni plata, u otras joyas, salvo cosas de plumajes, o de hueso.

<sup>36</sup> [...] son gente belicosa. Yentre ellos muy crueles [...] no acostumbran llevar defensas en sus cuerpos, porque van tan desnudos como nacieron, ni tienen orden alguno en su guerra, salvo que hacen lo que les aconsejan sus ancianos, y cuando combaten se matan muy cruelmente, y aquella parte que queda duena del campo, entierra a todos los muertos de su lado, y a los enemigos los despedazan y se los comen, y a los que prenden y los tienen como esclavos en sus casas, si es mujer duermen con ella, y si es varon lo casan con su hija; y en cierta epoca, cuando les da una furia diabolica, convidan a los parientes y al pueblo, y los ponen delante, esto es, la madre con todos los hijitos que de ella han tenido, y com ciertas ceremonias, los matan a flechazos y se los comen; y esto mismo hacen a dichos esclavos, y a los hijos que de ellos nacen; y esto es cierto, porque encontramos en sus casas la carne humana, puesta al humo, y mucha, y les compramos 10 criaturas, tanto varones como mujeres, que estaban estinados para el sacrificio, para decirlo mejor, para el maleficio. Los reprendimos mucho, no se si se enmendaron; [...] Es cosa certamente bestial.

Nesse trecho, o autor da carta se encontra negativamente surpreso ao se deparar com *certas cerimônias* que envolviam o canibalismo. E a partir de seu modo adaptado de ver, de acordo com os padrões de civilidade e de religiosidade, atribui aos indígenas aspectos de crueldade, de fúria diabólica e de bestialidade, todos injustificados, pois naquele ambiente de ausência, também não existiam notáveis táticas de guerra ou alguma organização ritualística, elegíveis às exigências da sociedade moderna. A cultura indígena era brutal e precisava ser extirpada e substituída por outra. Sobre esse aspecto, esse trecho nos mostra, mais uma vez, que o índio precisava da intervenção europeia, pois ao comprar as dez criaturas cativas, o europeu evitou um *sacrifício* desnecessário, e assim, conforme os ideais de civilidade propagados pela empresa colonial, evitou o *malefício* se comportando, portanto, como um autêntico desbravador europeu disposto a auxiliar aqueles povos.

Com relação aos aspectos espirituais, os índios por não conhecerem a fé cristã, estariam vulneráveis a práticas diabólicas, ou até, para alguns, nem chegavam a possuir alma, integrando assim, mais um elemento ao círculo das ausências que representa o índio americano:

Aliás, a palavra *alma* não é jamais usada, porque a discussão teológica da época era se os índios chegavam ou não a ter uma alma. A posição predominante era de que não a tinham e que só por meio do batismo chegariam a tê-la. Portanto, o europeu sente que está fazendo um grande benefício espiritual ao índio quando o converte, pois assim ele poderia evoluir de uma condição semi-animal para uma finalmente humana. A consciência dita civilizada do século XVI não era capaz de atribuir o menor valor que fosse à subjetividade, à cultura, ao psiquismo ou – usemos o termo – à alma indígena. Essas dimensões não chegavam sequer a ser percebidas como algo que de fato existisse (GAMBINI, 2000, p.25 grifos do autor).

A incapacidade de considerar o indígena em sua autêntica subjetividade é um requisito necessário para a efetivação da lógica da colonização. Nesse aspecto, foi muito mais conveniente associar o modo de ser indígena ao que se entendia por *selvagem europeu*. Conforme os estudos de Roger Bartra (2011), o homem civilizado não existiria, sem que, paralelamente, houvesse existido o homem selvagem ou o *homo sylvestris*:

O homem civilizado não tem dado um só passo sem ser acompanhado de sua sombra, o selvagem [...] a cultura europeia gerou uma ideia do homem selvagem muito antes da grande expansão colonial [...] Os *homens selvagens são uma invenção europeia* que obedece essencialmente a natureza interna da cultura ocidental. Dito de forma abrupta: o selvagem é um homem europeu, e a *noção de selvageria foi aplicada* a povos não

europeus como uma transposição de um mito perfeitamente estruturado (BARTRA, 2011, p. 12-15 grifos meus).

Ao esclarecer que o que entendemos por *selvagem*, na verdade, é uma invenção exclusiva do europeu civilizado, antes mesmo de que ele chegasse ao Novo Mundo, Roger Bartra nos proporciona um interessante modo de análise. Primeiro, se gerou uma ideia europeia do que viria a ser o selvagem, suas principais características e comportamentos, os quais deveriam ser repreendidos pelo homem civilizado, que representava a ordem, o padrão social a se seguir.

Em segundo lugar, ao se deparar com as práticas exóticas dos indígenas, Vespúcio optou por realizar uma espécie de transposição desse mito perfeitamente estruturado, admitindo os índios como brutais e bestiais, sem religião ou forma de governo, além de serem furiosos, os quais deveriam ter suas decisões, naturalmente perversas, impedidas pela atuação do homem civilizado e de ciência. Logo, se inventou o selvagem americano, a partir de categorias pertencentes ao imaginário europeu, com o propósito de manter, por vias complexas, a lógica da dominação que iria percorrer todo o período de exploração colonial. Por fim, é válido comentar que enquanto os indígenas, em geral, eram construídos como selvagens<sup>37</sup>, por conta das ausências de governo e religião, além das eventuais práticas de canibalismo, a mulher indígena, era cunhada como um ser duplamente selvagem e inferior, por conta da sua sexualidade escandalosa. Esse será o assunto do próximo tópico.

## **A MULHER COMO PERIGO: ESTRATÉGIAS DE OBJETIFICAÇÃO DA MULHER INDÍGENA**

O comportamento sexual do homem selvagem era muito ligado à paixão erótica e ao prazer carnal (BARTRA, 2011). Além dos impulsos sexuais do homem selvagem, com relação às donzelas, a mulher selvagem era potencialmente sensual e perigosa. Logo, os cavaleiros medievais deveriam resistir às suas investidas, a fim de conservar sua integridade. O relato de Raue Else, presente em um poema épico do século XIII é bastante ilustrativo dessa influência negativa de uma mulher selvagem ao homem cristão. Em resumo, se trata de uma mulher selvagem, que após assediar a um guarda duas vezes, põe um feitiço sobre ele, convertendo-o em um louco selvagem, assim como ela.

---

<sup>37</sup> Bartra (2011) tenta mostrar que a noção europeia de “selvagem” foi atribuída aos povos não europeus, a fim de justificar os desígnios da expansão colonial. A atribuição de categorias inferiores aos indígenas se torna clara se considerarmos, assim como Bartra, que o corpo do selvagem europeu era extremamente peludo, enquanto que os dos povos indígenas eram limpos e formosos. Logo, os habitantes do Novo Mundo não obedeciam aos critérios corporais de um autêntico selvagem europeu. Contudo, para a transposição desse mito perfeitamente estruturado ser efetiva, era necessário condenar a ausência de religiosidade e de governo, conforme os padrões das nações civilizadas, além das práticas de canibalismo.

Após algum tempo, ela decide retirar o feitiço, se ele prometer se casar com ela; ele promete, mas com uma condição: que Raue Else seja batizada. Ela aceita, e após ser batizada, se converte numa linda princesa Sigeminne.<sup>38</sup>

O relato de Raue Else é relevante para que possamos entender a atribuição das características de luxúria e de inferioridade à mulher indígena americana. Andavam nuas, compartilhavam das mesmas ausências culturais e sociais que os homens, mas, além disso, outro fator se destacou na ótica europeia de descrição das mulheres indígenas na carta de 1503, redigida por Américo Vesúcio; a perigosa e condenável lascívia dessas mulheres:

As mulheres, como te tenho dito, embora andem desnudas e sejam libidinosas, não têm nada defeituoso em seus corpos, bonitos e limpos, nem tampouco são tão grosseiras como algum talvez poderia supor [...]. Quando com os cristãos podiam se unir, levadas pela *sua intensa luxuria*, todo pudor daqueles manchavam e abatiam. (VESPÚCIO, 1951, p. 183-84)<sup>39</sup>

Então, a mulher indígena, de semelhante maneira à mulher selvagem europeia, também poderia converter o homem civilizado em um selvagem, retirando todo o seu pudor, pois eram levadas pela sua incontável luxúria. Então, com o propósito de combater esse mal, era necessário que as mulheres americanas fossem batizadas, de acordo com a fé católica, e assim, pudessem ser melhores companheiras. No entanto, o que de fato acontecia, era bem diferente:

Mas voltemos à mulher índia e ao problema da *anima* nas Cartas. Desde sua chegada em 1549, as coisas que mais chocavam os jesuítas eram o canibalismo e a poligamia. Esta última foi imediatamente adotada pelos colonizadores: um homem casado, deixando a mulher em Portugal, poderia ter na nova terra “vinte ou mais” índias escravizadas e usá-las todas como concubinas. Deixando de lado o aspecto óbvio do desfrute de uma concupiscência sonhada, entrevemos nessa posse de um grupo de mulheres reduzidas a objetos cativos uma alternativa para o perigo de ser possuído por elas devido à própria alteridade que representavam. Podemos assim conjecturar que as mulheres, mais do que os homens, eram a verdadeira novidade chocante. (GAMBINI, 2000, p.141 grifos do autor)

Como se pode perceber, o que aconteceu, anos mais tarde do registro das impressões de Vesúcio foi que a mulher americana se converteu em

<sup>38</sup> Para mais detalhes sobre a história, sugiro a leitura de Bartra (2011).

<sup>39</sup> Las mujeres, como te he dicho, aunque andan desnudas y son libidinosas, no tienen nada defectuoso en sus cuerpos, hermosos y limpios, ni tampoco son tan groseras como alguno quizá podría suponer. [...]. Cuando con los cristianos podían unirse llevadas de su mucha' lujuria, todo el pudor de aquellos manchaban y abatían.

objeto de desfrute, a satisfazer a imensa falta de pudor do homem europeu. Violências que não ficaram no passado “[...] o fato é que até hoje a mulher indígena é a última das criaturas, que, se tem algum valor seria seu corpo enquanto jovem” (GAMBINI, 2000, p.139). Vistas como um objeto de satisfação, o não reconhecimento da subjetividade feminina, foi estratégico à manutenção de um histórico de privações e violações que se já atingiam a mulher europeia, por um impacto duplo, alcançavam a mulher indígena<sup>40</sup>:

Esse duplo aspecto da mulher indígena como ameaça maligna e novidade fascinante pode ser percebido em certas gravuras que ilustram os relatos de Américo Vespúcio em 1501. Uma delas mostra um incidente ocorrido com um de seus marinheiros: estando a nau ancorada a pequena distância da costa brasileira, dois homens foram enviados à praia para *conversar* com os nativos. Nunca retornaram. Alguns dias depois, um grupo de mulheres apareceu na praia e outro marinheiro foi despachado para tentar seduzi-las. Enquanto algumas o tocavam e admiravam, outra veio por trás, abateu-o com um porrete e todas o devoraram. É impossível comprovar se essa história é verdadeira ou não, mas no plano simbólico ela faz muito sentido: a atração erótica continha um perigo fatal, e por essa razão as mulheres, para serem desfrutadas, deviam ser escravizadas. (GAMBINI, 2000, p.141 grifos do autor)

Ao combinar uma série de noções europeias, relativas ao feminino e ao selvagem, a mulher indígena passou a ser um objeto desejado, porém, traiçoeiro, que o homem deveria submeter escravizar, a fim de ensiná-la o ideal de servidão, adequando-a a seus interesses, tornando-a uma boa selvagem, já que ela jamais poderia ser uma boa esposa, conforme os padrões europeus. Ainda sobre esse aspecto, é importante reconhecer que as pinturas do descobrimento também instauram distintos significados, relacionados à atribuição de identidades, como é o caso da gravura de Johannes Stradanus, intitulado “America” (1575-1580), o qual parece ser descrito pelas palavras que seguem:

O aspecto de fascínio aparece claramente quando o próprio Vespúcio trava polido diálogo com uma índia reclinada numa rede. O perigo existe (há um tacape ao lado dela e animais para ele desconhecidos), mas está sob controle. O descobridor, coberto de trajes e insígnias, confronta a feminilidade nua – uma expressão nova e direta da *anima* – com o auxílio de seus instrumentos de conquista, a nave, o estandarte da Cruz do Sul e o astrolábio. A grande navegação pelos mares foi também uma navegação pelas águas da psique e o que temos em gravuras desse tipo é uma

---

<sup>40</sup> Sobre esses aspectos, eu indico a leitura de Pizarro (2013), em que há o delineamento de toda uma constelação discursiva, em grande parte elaborada pelos padres da Igreja Católica, com o propósito de condenar e punir às mulheres, por serem interpretadas como naturalmente perversas e libidinosas.

representação visual do encontro com o inconsciente. Vespúcio parece muito interessado em todas as novas possibilidades de conhecimento diante de uma nova realidade que recebeu a forma feminina de seu nome. América é a mulher a terra e a *anima* (GAMBINI, 2000, p.141 grifos do autor).

Finalmente, com o objetivo de concluir esse tópico, é importante pensar no estabelecimento de olhares e nas atribuições de significados à *anima* americana representada por essa mulher índia, reclinada numa rede, observada por um europeu ávido por conhecer. Mesmo que ela esteja nua, há muito mais a se revelar, ou seja, há muitos sentidos ocultos.

Conforme as investigações de Berger (1980): “[...] os homens *agem*, as mulheres *aparecem* [...] Assim, a mulher transforma-se a si própria em objeto – e muito especialmente num objeto visual: uma visão” (p.51 grifos do autor). Dessa maneira, se explicariam as vestimentas e os utensílios pertencentes ao homem representado na gravura, seu comportamento ativo; enquanto a mulher se encontra sem roupas, sem objetos, totalmente exposta à visão; é uma aparência pronta para ser interpretada e invadida, através de uma consequente objetificação.

Esse quadro é uma metáfora da criação ou invenção do que hoje entendemos por América, na época do *descobrimento*: os europeus, propagadores da modernidade e da ciência, dotados de saber e de valores, se depararam com aquela natureza virgem e com aqueles habitantes carentes de saber, de civilidade e de bons costumes, totalmente nus, esvaziados; logo, por meio de seus utensílios de domínio, forjaram um projeto de América que até hoje ainda está por se concretizar.

## **INCONCLUSÕES DE UM LUGAR CONSTRUÍDO POR FORA: AMÉRICA COMO UM PROJETO INACABADO**

Ao elencar as monoculturas que caracterizam a *sociologia das ausências*, Souza Santos (2010) menciona dois mecanismos de produção de ausências que foram insistentemente empregados, seguindo os pressupostos da lógica da colonização: a monocultura do saber e a lógica da classificação social. O primeiro, consiste no controle do saber científico, abrangente a todas as áreas do conhecimento, por parte das nações hegemônicas. A nação, que detém o monopólio científico e desfruta da modernidade, dita os critérios únicos de verdade e de qualidade estética, e dessa maneira, tudo o que destoa desses valores, é produzido como ausência, como aquele modo de saber que *não pode ser*.

O segundo se refere à classificação racial, e foi muito utilizado para comprovar as teorias racistas e as consequentes objetificações daqueles que eram vistos e interpretados como insuperavelmente inferiores. Claro, que a lógica da classificação racial apresentava como critério principal a

naturalização das diferenças: estabelecia-se o padrão a se seguir, o naturalmente superior, e depois, a partir da atribuição das ausências, criava-se o naturalmente inferior, aquele que também *não deveria ser*, pois devido à falta de características biológicas e sociais que lhe garantissem a superioridade legitimada, eram por condenação natural, insuperavelmente inferiores.

A versão europeia de América como um lugar de ausências congregou essas duas estratégias de domínio e objetificação: o *saber* e o *ser*. Como os portadores da modernidade que sabiam, queriam e podiam saber mais, os navegadores e estudiosos tornaram a América um objeto científico, a fim de comprovar as suas teorias. E, assim, tiveram certeza de que, realmente, eram superiores e os embaixadores da vontade divina na Terra, especialmente, depois de encontrar os povos americanos, que não correspondiam aos padrões de civilidade e nem eram conhecedores da ciência moderna; eram apenas povos que guerreavam sem ordem e comiam carne humana: eram brutais e bestiais, especialmente, ao considerar as determinações teológicas da época.

E, dessa forma, todos os distintos povos de América foram homogeneizados e reduzidos às categorias de índios, selvagens e canibais. Quanto à mulher índia, sua situação foi ainda mais trágica. Duplamente inferiorizada, seu corpo era apenas objeto de prazer, já que como uma mulher selvagem, não correspondia aos padrões das donzelas europeias, pois possuía uma incontável lascívia e perversidade que apenas a escravização poderia contornar. E das eventuais relações do europeu com a indígena, nasceram híbridos, seres entre dois mundos, entre dois movimentos, entre a dominação e a submissão, e que até a contemporaneidade, busca seu reflexo ao espelho:

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. [...] Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. [...] conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos (QUIJANO, 2005, p.129-130).

Não é surpresa que os frutos das miscigenações fossem condicionados a ver o lado eurocêntrico ou colonizador da sua linhagem, pois o *outro lado*, foi constantemente silenciado, duramente reprimido e potencialmente dizimado, porque, conforme a lógica da colonização e as conseqüentes interpretações que desses povos eram feitas e divulgadas, naturalizavam e justificavam essas

práticas de objetificação, escravização e perseguição. E, talvez, seja por isso que todo latino-americano ao se colocar diante do espelho, apenas consiga encontrar a sua versão eurocêntrica, sendo que as outras partes, as outras parcelas de identidade, como a indígena e a africana, estão em penumbra, precisando ser resgatadas, ouvidas, respeitadas, e especialmente, consideradas. É por isso que há a distorção nesse reflexo que mostra apenas o que foi inventado, o que foi *criado para ser* e não o que é.<sup>41</sup>

Finalmente, com o propósito de fornecer apenas mais um caminho nessa busca pela identidade e pelo reconhecimento de ser de América, sugerimos a ideia de provincializar a Europa (CHAKRABARTY, 1992). Em poucas palavras a provincialização da Europa seria conceder a possibilidade de os próprios americanos contarem as suas histórias, a partir de suas interpretações e de seus modos de conceber a realidade, sem recorrer sempre à autoridade científica europeia.

Esse é um dos modos de resgatar as culturas que foram perseguidas e negligenciadas; esse é um dos meios de reverter o processo de produção das ausências, e principalmente, afirmar que os povos americanos, desde o *descobrimento*, em realidade, são bem distintos daquelas categorias inventadas e estrategicamente atribuídas: eles ainda têm muito que nos ensinar na sucessão de acontecimentos constituem a América: sua história não será aquilo que a América *passou*, mas aquilo que *foi, é e continuará sendo* (O’GORMAN, 1992, p.67 grifos do autor).

## REFERÊNCIAS

BARTRA, Roger. *El mito del salvaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

BERGER, John. *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1980

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: \_\_\_\_ LANDER, Edgardo (org.). *Colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CHAKRABARTY, Dipesh. Postcolonialismo y el artificio de la historia: ¿quién habla de los pasados “índios?” In: \_\_\_\_ MIGNOLO, W. (comp.) *Capitalismo y*

---

<sup>41</sup> Com o objetivo de trazer acréscimos à discussão, especialmente, quanto ao problema da identidade do latino-americano, trago o seguinte trecho: [...] Pois difusa e hipotética é a entidade conhecida como América Latina [...] um ensaio, uma tentativa, uma imposição cultural de integração que não opera por simples acumulação das particularidades nacionais, mas que aponta para a criação de uma identidade heterogeneamente transnacional que sirva como espelho de reconhecimento, como afirmação de uma diferença e como um modo de pensar o devir da ordem mundial (CORDIVIOLA, 2001, p. 06).



*geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Signo, 2001.

CORDIVIOLA, Alfredo. Prólogo. In CORDIVIOLA, Alfredo. *Um projeto inacabado: identidades latino-americanas no ensaio do século XX*. Recife: Bagaço, 2001.

GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: a formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome, 2000.

HUGHES, Richard Thomas. *Myths America Lives By*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

LANGA PIZARRO, Mar. La mujer en el siglo XVI. In: \_\_\_\_ *Mujeres de armas tomar. De la aparente sumisión a la conquista paraguaya y rioplatense*. Asunción: Servilibro, 2013, pp. 27-179.

MAHN-LOT, Marianne. *A descoberta da América*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1894.

O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: UNESP, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

ROA-DE-LA-CARRERA, Cristían. El Nuevo Mundo como problema de conocimiento: Américo Vespúcio y el discurso geográfico del siglo XVI. In: \_\_\_\_ *Hispanic Review*, Pennsylvania, 2002. Vol. 70. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3247095>> Acesso em: 20 de Jan. De 2019.

SOUZA SANTOS, Boa Ventura. *Descolonizar el saber, Reinventar el Poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

SUBIRATS, Eduardo. *El continente vacío: la conquista del nuevo mundo y la consciência moderna*. México: Siglo veintiuno editores, 1994.

VESPUCIO, Américo. El Nuevo Mundo. In: \_\_\_\_ *Cartas relativas a sus viajes y descubrimientos*. Estudio preliminar de R. Levillier. Buenos Aires: Editorial Nova, 1951.

Recebido em 17.02.2019

Aceito em 19.08.2019